



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

ANO XIV — N.º 57

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 1959

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Sessões conjuntas convocadas para apreciação de vetos presidenciais

Dia 26 de maio de 1959, às 14 horas:

- 1 - Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.913-58, na Câmara, e nº 33-57, no Senado, que altera os Quadros da Secretaria e dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dá outras providências;
- 2 - Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.692-58, na Câmara, e nº 228-58, no Senado, que modifica a Consolidação das Leis do Imposto do Selo, baixada com o Decreto nº 33.392, de 9 de março de 1953, e dá outras providências.

Dias 2, 4 e 9 de junho de 1959:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.663-58, na Câmara, e nº 220, de 1958, no Senado, que altera a legislação do Imposto de Consumo e dá outras providências, sendo: rejeitados:

no dia 2 de junho às 14 horas:

os itens 29, 36 e 37 da Alteração 1ª (totalidade);

no dia 4 de junho, às 21 horas:

o item 1º da Alteração 10ª (palavras vetadas);
o item IV da Alteração 13ª (artigo vetado);
a Alteração 15ª (dispositivo vetado);

no dia 9 de junho, às 14 horas:

o parágrafo único do art. 4º (totalidade);
o inciso 6º da alínea IX (palavras vetadas);
o inciso 2º da alínea XV (partes vetadas);

Dia 11 de julho de 1959, às 21 horas:

- 1 - Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.116-56, na Câmara, e nº 193-58, no Senado, que altera disposições da Lei nº 2.637, de 1-12-1955, que regula as promoções dos oficiais do Exército e dá outras providências;
- 2 - Veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.740-56, na Câmara, e nº 225-58, no Senado, que revoga o Decreto-lei nº 4.627, de 27-8-1942, que dispõe sobre importação de petróleo e seus derivados;
- 3 - Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.195-57, na Câmara, e nº 190-58, no Senado, que dispõe sobre o pagamento de subvenções orçamentárias concedidas a conta do Fundo Nacional do Ensino Médio.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REUNIÕES MARCADAS PARA HOJE, SEXTA-FEIRA, DIA 22 DE MAIO DE 1959

Comissões Permanentes

- I - De Constituição e Justiça — Turma "B", às quinze horas e trinta minutos, na Sala Afrânio de Melo Franco.
- II - De Orçamento e Fiscalização Financeira, reunião da Comissão Plena, a realizar-se às quinze horas, na Sala Antônio Carlos.

Comissão Especial

Do Polígono das Sêcas, às quinze horas, na Sala Paulo de Frontin.

Comissão de Inquérito

Para apurar as irregularidades no Comércio de Importação, reunião às 10 horas da manhã, na Sala Carlos Peixoto Filho.

Oradores inscritos para a Sessão de hoje, Sexta-feira, dia 22 de maio de 1959.

PEQUENO EXPEDIENTE

Mauro Teixeira.
Fassos Pôrto.
Abelardo Jurema.
Oscar Corrêa.
Gabriela Passos.
Geraldo de Carvalho.
Jorge de Lima.

Afonso Ceiso.
Jose Humberto.
Lamberto Lucena.
Luiz Bronzeado.
Alfredo Nasser.
Lustosa Sobrinho.
Lycio Hauer.
Luiz Francisco.
Oliveira Franco.
Cavvalho Sobrinho.
Paulo Freire.
Odomir Millet.
Aurélio Vianna.
Milton Brandão.

Chagas Freitas.
Oswaldo Fanello.
Abelo Rafael.
Menezes Cortes (13).
Mario Tamborinderguy (13).
Franco Monteiro (15).
Seixas Dória (15).
Floriano Paixão (15).
Jose Rio (15).
Clóvis Motta (20).
Anísio Rocha (13, 14, 20).
Breno da Silveira (15 e 20).
Bezerra Leite (21).
Crocacy de Oliveira (21).
Nelson Bell (21).
Cassiano Mendes (21).
Maia Netto (21).
Cilmar Luenz (21).
Aarão Steinhilber (21).
Manoel de Almeida (21).
Antônio Carlos Magalhães (21).
Vasconcelos Torres (21).

GRANDE EXPEDIENTE

7. Seixas Dória.
8. Dyrno Pires.
9. Gerardo de Carvalho.
10. Paulo de Tarso.
11. Aurélio Vianna.
12. Mario Beni.
13. Ney Braga.
14. Arnaldo Cerdeira.
15. Pereira da Silva.

16. Neiva Moreira.
17. Nicotau Lima.
18. Aurálio Moura.
19. Souza Leão.
20. Abel Rafael.
21. Daniel Paraco.
22. Mario Martins.
23. Arno Arm.
24. Mezeiros Netto.
25. Oswaldo Zanelli.
26. Ferro Costa.
27. Manoel de Almeida.
28. Iarcisio Maia.
29. Pacneco Chaves.
30. Renato Archer.
31. Henrique La Roque.
32. Ultimeo de Carvalho.
33. Clemens Sampaio.
34. Oscar Correa.
35. Dirceu Cardoso.
36. Plínio Sagrado.
37. Arthur Virgílio.
38. Amara Rufina.
39. Carmelo D'Azostino.
40. Valério Magalhães.
41. Arnaldo Carvalho.
42. Elias Adame.
43. Miquel Leuzzi.
44. Nelson Arnerio.
45. Ceiso Brant.
46. Cid Carvalho.
47. Osmar Cunha.
48. San Ilago Dantas.

gamento do esforço que deve despendido a equipe encarregada da ba-talha.

As providências do Dr. Pinotti, todavia, não se fizeram esperar. Redun-ção-se com os seus auxiliares, Drs. Atala Gomes de Carvalho e Odair Franco, programou as medidas que devia tomar, face às circunstâncias. Ao Dr. Pinotti, pois, os agradecimentos das populações do Vale do Urucua, agradecimentos que estendem aos seus dignos auxiliares, inclusive o diretor do posto de endemias de Pirapora, Dr. Paulo Garcês.

Senhor Presidente, há pouco mais de um ano, precisamente em fevereiro de 1958 — foi inaugurada, em meio às maiores alegrias da população, a estrada de rodagem Pirapora-Leal-Paros. No entanto, a alegria desvanecceu um pouco, quando se verificou que nem todas as obras de arte da estrada tinham sido feitas. Fallam, entre outras, as pontes sobre o Corrego do Lontra — (onde há uma estiva) — sobre o Riacho Doce, onde as jardineiras se veem na perigosa contingência de atravessar por dentro d'água, e ainda sobre o Corrego da Arbia.

Ora, Senhor Presidente, é enorme a importância dessa estrada para o Estado de Minas Gerais, pelas várias razões que passo a enumerar:

Em primeiro lugar realiza essa estrada a ligação do norte de Minas com o Centro-Oeste e com o chamado Triângulo Mineiro.

Em segundo lugar, é ela o caminho natural dos caminhões que vem do Estado de São Paulo em demanda do Nordeste; trata-se, pois, de uma via de penetração que liga o Norte e o Sul do Brasil, fazendo uma economia de milhões de cruzeiros em divisas referentes a compra de gasolina, pois, antigamente, sem essa estrada, eram os veículos de São Paulo para o norte, obrigados a fazer enorme percurso, até atingir Belo Horizonte e daí tomar outra estrada.

Em terceiro lugar, é grande nessa estrada o movimento dos caminhões que carregam charque para as populações vizinhas ou distantes.

Finalmente, a mais nova das razões, é que a estrada Patos-Pirapora encurta enormemente o caminho, quer do norte, quer do centro-oeste, para a nova capital brasileira — a monumental Brasília.

Esclareço que o Departamento Estadual de Estradas está passando a máquina para aplainar a estrada, mas não é disso que se necessita, e sim da construção urgente das pontes que estão faltando.

Faço, pois, daqui, um veemente apelo ao Senhor Presidente Juscelino Kubitschek, no sentido de determinar ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem que com a maior brevidade possível construa as pontes faltantes, e contribua assim para o grande surto de progresso econômico que certamente daí advirá para essa região brasileira. — (Muito bem).

O SR. JERVILLE ALLEGRETTI:

(Lê a seguinte comunicação). — Senhor Presidente e Srs. Deputados. Como é sabido, a construção do hospital do IAPETC, à Avenida Nazaré, 26, no bairro de Ipiranga, em São Paulo foi concluída há cerca de quatro anos. Está devidamente equipada, tendo sido adquirido o instrumental cirúrgico completo, aparelhos de raio X, material de anestesia, tubos e tendas para oxigênio, etc. Os 350 leitos que o guarnecem estão, de há muito, em condições de receber doentes. Gastaram-se milhões nesse empreendimento. O hospital, como se vê, está pronto. Porém não funciona. Não é por não haver doentes. Estes existem

em grande número. Os associados desse Instituto, quando necessitam de hospitalização, são enviados a outros nosocomios à custa dos cofres da autarquia; bem entendido, os raros que têm a sorte de ser atenciosamente examinados.

Se não há dinheiro para fazê-lo funcionar, há, no entanto, o bastante para manter o pessoal burocrático que foi admitido, em número bem considerável, ocupando, sem ter serviço, toda a secretaria, a administração e algumas dependências do hospital. Ao sabor das conveniências políticas, mudam, com frequência, o diretor. De julho do ano passado até agora, em apenas dez meses, portanto, nada menos de três cidadãos passaram pela direção. Direção que nada tem a fazer, porque nada há a dirigir. Gasta o Instituto com a manutenção desse pessoal inútil e com os chefes dos serviços médicos e a clínica quantia que gira na casa de um milhão de cruzeiros por mês, que teria melhor proveito se fosse aplicado na assistência de associados enfermos

Não se compreende que os Institutos, aplicando tão mal seus recursos financeiros, reclamem o aumento da taxa de contribuição devida pelo empregado e empregador. Dessa forma não há dinheiro que chegue. É impossível essas autarquias se agüentarem. Não é por nada que estão deficitárias, caminhando francamente para as respectivas falências.

A esse respeito estou encaminhando à Mesa requerimento de informações ao Ministro do Trabalho. (Muito bem).

O SR. GROAGY DE OLIVEIRA:

(Para uma comunicação. (Sem revisão do orador). — Sr. Presidente e Srs. Deputados, ante-ontem retornei do Rio Grande do Sul, daquie grande Estado brasileiro, uma das mais importantes unidades da Federação, e pude, lá, observar os catastróficos efeitos da fornidável enchente que tantos prejuízos causou à nossa economia.

Não é favor, estou convencido, qualquer amparo substancial que o Governo da República venha a proporcionar às classes produtoras sul-riograndenses, porque, em assim fazendo, defenderá o Governo da União os interesses, não dos rio-grandenses do sul, mas de toda a comunidade brasileira.

Tenho a certeza de que esta Casa não fechará as mãos quando se cuidar de proporcionar os recursos o restabelecimento da riqueza sul-riograndense que, mais do que a nós, pertence a todos os brasileiros.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, aproximando-se eventos sucessórios presidenciais, vejo-me, neste instante, no dever de levantar, mais uma vez, neste augusto plenário, um nome por todos os títulos respeitável e que deve merecer, a consideração e a meditação da direção partidária do PSD e também do meu partido, o PTB.

Refiro-me, Sr. Presidente e Senhores Deputados, a um dos maiores ministros do Brasil, que, se projeta para todo o sempre como um dos mais eminentes vultos da administração brasileira — o Almirante Lúcio Meira, que poupado não tem esforços a fim de proporcionar os meios adequados para a rápida emancipação econômica do Brasil. Trata-se, indubitavelmente, de nome aureolado pelo trabalho fecundo e patriótico que vem desenvolvendo à testa do Ministério da Viação e Obras Públicas, no sentido de proporcionar à gente brasileira um futuro risonho e promissor, em que não haja miséria e em que todos se ufanem de ter nascido neste berço amável que é a amada terra do Brasil.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, devemos obstar a perpetuação de um regime em que maiores proveitos tiram homens que têm todas as características de autênticos e excelentes cabos eleitorais, mas que não são, muitas vezes, em condições de ser alçados à Suprema Magistratura brasileira.

Busquemos, entre a pleáde de brasileiros patriotas, operosos, cinâmicos e honrados aqueles que em verdade devem dirigir os destinos do Brasil.

No cenário político nacional, muitas vezes os melhores postos, os postos de mando são entregues a homens que não enfeixam em si aqueles condições necessárias para bem exercê-los.

Sr. Presidente, Lúcio Meira, é o nome que, conscientemente, patrioticamente lanço à consideração das altas direções do Partido Social Democrático e do Partido Trabalhista Brasileiro. (Muito bem).

O SR. BEZERRA LEITE:

(Lê a seguinte comunicação). — Senhor Presidente, aguardei até o momento a iniciativa governamental que, através de uma mensagem, proporia ao Congresso a criação de um novo organismo destinado à regularização do abastecimento de gêneros nos centros de consumo.

Desde fevereiro formulara eu, após exaustivos estudos, um Projeto de Lei, visando à contenção da alta dos preços. Ante a disposição do Governo de propor medidas legais com os mesmos objetivos, sustei minha proposição, na expectativa de uma ação mais categorizada. Tomamos conhecimento do Projeto da criação da Superintendência do Abastecimento, que, nos termos concebidos, desagradou as entidades cãssistas do comércio, determinando o reexame e a revisão da matéria.

Em vista disso, resolvi dividir o meu Projeto original em duas partes: uma condicionada aos planos do Governo, que deverá aguardar a Mensagem Presidencial para, sobre a proposição governamental, atuar oportunamente em forma de emendas ou substitutivos, visando corrigir ou completar providências e normas. Outra, estranha à matéria de que é objeto a sugestão que apresentarei agora, como proposição autônoma, visando criar condições básicas para a formulação das providências destinadas a sustar a elevação contínua do custo de vida.

Ninguém pode deter a elevação progressiva dos preços dos gêneros de primeira necessidade sem atender, em primeiro lugar, às exigências do fomento e da assistência à produção.

Está o Governo aparelhado para satisfazer tais exigências através dos seus órgãos técnicos e administrativos especializados. Falta-lhe, porém, os recursos para execução de uma política de assistência e fomento, que assegure o aceleramento da produção, visando nivelá-la às proporções da demanda.

Façamos a justiça de reconhecer que o Sr. Presidente da República, através da Superintendência do Abastecimento, tem enviado todos os esforços no sentido de regularizar o comércio dos gêneros de primeira necessidade, facilitando, por todos os meios a seu alcance, sua distribuição.

Os mercados dos produtores, que estão sendo inaugurados aqui no Rio de Janeiro, vêm demonstrando que qualquer iniciativa em benefício do produtor obtém pronta resposta em termos de vantagens ao consumidor.

Para que o Governo fique armado com os recursos necessários à ampliação dos serviços de assistência técnica e financeira à produção visando solucionar os problemas de

— financiamento das safras e do produto,

— mecanização da lavoura, seleção e defesa da pecuária,

— transporte,

— armazenagem, proteção e conservação,

— distribuição regulada,

será indispensável a criação de um Fundo de Produção destinado a atender às exigências de recursos para tais investimentos.

Através de um Projeto de Lei que encaminharei à consideração do Congresso Nacional venho propor a criação desse "Fundo da Produção" que será movimentado pelo novo organismo que vel superintender o abastecimento em todo o País.

Esse Fundo será constituído pela taxação progressiva dos lucros extraordinários, considerando-se compreendidos nesse conceito as rendas das pessoas físicas superiores a Cr\$ 5.000.000,00 anuais.

Sua cobrança será executada pela Divisão do Imposto de Renda, que recolherá o que arrecadar a uma conta especial no Banco do Brasil à disposição do órgão coordenador do abastecimento.

Está sugerida em meu Projeto a seguinte taxação sobre os rendimentos das pessoas físicas, além dos 50% cobrados como Imposto de Renda:

| | |
|---|-----|
| de Cr\$ 5.000.000,00 até Cr\$ 6.000.000,00 | 5% |
| de Cr\$ 6.000.000,00 até Cr\$ 7.000.000,00 | 10% |
| de Cr\$ 7.000.000,00 até Cr\$ 8.000.000,00 | 15% |
| de Cr\$ 8.000.000,00 até Cr\$ 9.000.000,00 | 20% |
| de Cr\$ 9.000.000,00 até Cr\$ 10.000.000,00 | 25% |
| Acima de Cr\$ 10.000.000,00 | 30% |

Era o que tinha a dizer (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se a primeira parte do grande expediente.

Tem a palavra o Sr. Josué de Castro.

V

O SR. JOSUÉ DE CASTRO:

Sr. Presidente, o Brasil se empenha, no momento, num gigantesco esforço coletivo para emancipar sua economia dos efeitos entorpecentes da exploração de tipo colonial; das formas de exploração pré-capitalista, que, sob a inspiração de interesse alienígenas, nos mantiveram até hoje atolados no subdesenvolvimento econômico e no pauperismo generalizado que dele decorre.

Manipulada ao sabor do livre jogo das forças econômicas mundiais, a economia brasileira se deixou orientar quase que passivamente pelos ditames das grandes potências mundiais e foi assim que nos limitamos durante séculos apenas a explorar as vocações naturais de nossa terra, cultivando produtos que pudessem encontrar eventualmente um mercado aparentemente favorável na conjuntura econômica do momento. Assim vivemos os ciclos do pau Brasil, do açúcar, da borracha e do café. Ciclos economicamente mais destrutivos do que produtivos para o país, desde que com esses produtos primários exportávamos a própria fertilidade de nossa terra sem que a rentabilidade dessa agricultura de exportação de toda a nossa riqueza potencial nos permitisse acumular capitais, formar poupanças suficientes que pudessem dinamizar o nosso progresso econômico. Foi a tomada de consciência dessa realidade econômico-social, produto da exploração dos monopólios internacio-

nais que fez germinar a nossa vocação nacionalista de progresso, o desejo de um desenvolvimento econômico que viesse a emancipar o país da tutela das grandes potências industrializadas, manipuladoras do mercado natural das matérias primas. O desenvolvimento econômico que viesse emancipar o país da tutela das grandes potências industrializadas, manipuladoras do mercado natural das matérias primas. O desenvolvimento econômico constitui hoje uma ideia-força dinamizadora a vontade de nosso povo, deseje de participar ativamente nesse processo de transformação de nossa economia e atento em controlar de perto os resultados desse esforço coletivo.

Nesta hora decisiva para o nosso país, em que estamos a meio dessa batalha, ou melhor no seu clímax, aproxima-se um acontecimento político que por suas implicações poderá ter graves repercussões sobre o processo de desenvolvimento do País. Poderá, mesmo, ameaçar a sua realização, que desvia-la dos seus mais autênticos objetivos.

O acontecimento a que faço referência é o problema da sucessão presidencial. Todos sabemos que os moldes em que se processa a sucessão presidencial em nosso país envolve muito de emocionalismo, muito mais emocionalismo do que objetividade. Diante desta eventualidade, cumpre aos representantes dos partidos que constituem o chamado sistema de forças políticas que apoia o governo, e o seu programa e que somos desenvolvedores e desejamos um desenvolvimento autêntico da nacionalidade, preparar-nos para conduzir o problema da sucessão de maneira que não venha a perturbar essa aspiração mais íntima do povo brasileiro. Sabemos que nas campanhas de sucessão os interesses partidários aguçados ao extremo chegam às vezes a utilizar os processos de campanha política que não são os de autenticidade, através da exploração de ressentimentos e de frustrações de toda ordem, perturbando o serenity e criando um clima de agitação que não é o ideal para o Brasil continuar a promover o seu desenvolvimento econômico, que constitui um aspetivo histórico da hora presente. Devemos, pois, preparar-nos para evitar os perigos de que um acontecimento psíquico das massas, através da propaganda ou da falsa propaganda feita através de símbolos ou de mitos. Dessa linguagem emocional que constitui o estratagema preferido para confundir a opinião pública. A melhor maneira de se lutar contra esse envenenamento psíquico, é neutralizar a violação psíquica por meio de uma humanização psíquica, é proporcionar ao povo, às massas brasileiras, um conhecimento exato da nossa realidade social. É fazermos algo de objetivo. É dar-lhe a nossa conduta política o primado do concreto. É quem diz: concreto não quer significar o imediato mas o que corresponde a realidade dos fatos. Devemos, portanto, de início aproximarmos-nos com objetividade a realidade política para este embate que se aproxima, e que pode comprometer o processo de desenvolvimento nacional.

Num país subdesenvolvido, é difícil separar desenvolvimento econômico e poder político, de tal forma se implicam as implicações mútuas e qualquer distorção econômica repercute sempre no campo da política, e qualquer distorção política perturba sempre o desenvolvimento econômico. A humanização das massas deve ser realizada através de uma comunicação franca, em que se leve a sério uma palavra de verdade indispensável numa a eficácia de nossa conduta política está na razão di-

reta de autenticidade de nossos pronunciamentos.

O Sr. Paulo de Tarso — Permite-me V. Ex.^a uma aparte?

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Com grande satisfação.

O Sr. Paulo de Tarso — V. Ex.^a tem razão quando lembra a necessidade de se evitar que a sucessão presidencial afete nosso ritmo de desenvolvimento. Diz V. Ex.^a que fala como integrante do bloco da Maioria nesta Casa. Pedi o aparte, para dizer que essa preocupação com o desenvolvimento da Nação deve ser a de todos quantos tenham qualquer parcela de responsabilidade na direção da coisa pública neste País. Não deve ser a bandeira de um Partido, não deve ser o ideal apenas da Maioria nesta Câmara, mas o de todo o Congresso, do Poder Executivo e de todos os brasileiros responsáveis, porque, na medida em que fixarmos o desenvolvimento como o ideal político de uma geração, o Brasil há de conseguir criar condições humanas de vida para o seu povo. Se identificarmos a política de desenvolvimento com um Partido, com uma facção ou mesmo com a Maioria, inevitavelmente as divergências pessoais acabarão afetando o esforço de realização dessa política.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — V. Ex.^a tem plena razão. O aparte de V. Ex.^a vem dar-me enorme satisfação, porque reforça o ponto de vista íntimo que tenho de que todos os Partidos nacionais devem manter essa conduta, a fim de respaldar e resguardar, não só a segurança econômica, como a segurança política do País. Só assim poderemos defender a integridade econômica e a soberania nacionais.

Mas há de convir V. Ex.^a que eu não poderia, no exterior esse ponto de vista, falar em nome do Parlamento, onde há várias facções políticas diferentes, algumas dentro da linha do grupo ou sistema político a que me filio e algumas que se contrapõem politicamente a essa posição. Mas se V. Ex.^a, que é de outro lado politicamente, vem filiar-se à ideia, vem reconhecer a sua validade, vem dar-me o seu valioso apoio, isto quer dizer que este Parlamento, amadurecido, compreende nitidamente a necessidade de cumprirmos com os nossos deveres para com a coletividade brasileira e nenhum dever me parece mais imperioso do que essa identificação dos partidos políticos com as aspirações do povo, que representam.

O que são os Partidos? São, em última análise, parte de um todo, que é a consciência política nacional. Cada Partido deve ter pois uma ligação, um compromisso com uma parcela da opinião pública e traduzi-la em sua expressão política. Cada partido que admite a necessidade de que se promova o desenvolvimento econômico para emancipação do Brasil deve consubstanciar esta aspiração dentro de uma formulação doutrinária. E isto é tão necessário quanto nós sabemos que se todos os partidos são favoráveis a ideia do desenvolvimento econômico, nem todos defendem o seu processamento com o mesmo vigor e até os limites de suas consequências. Há os partidos e os grupos que desejam o desenvolvimento econômico no seu *strictu-sensu*, sem que ele venha a tocar, a alterar no mais mínimo, a estrutura social vigente, na qual esses grupos ocupam uma posição de privilégio. Há outros partidos ou grupos que advogam a tese de que só poderá haver desenvolvimento econômico autêntico com uma paralela reforma de base das estruturas nacionais. Reforma que constitui mesmo um pre-requisito a esse desenvolvimento, desde que por seu arcais-

mo e superação várias estruturas brasileiras estão se constituindo como um empecilho ou fator de estrangulamento social à eficácia das forças produtivas do País. O primeiro grupo se constitui no fundo pelos fiéis às tradições da era colonial, pois que nessa época histórica o desenvolvimento desvinculado das aspirações políticas, sociais e culturais do povo. O tipo de desenvolvimento que prescrevem esses colonialistas conscientes ou inconscientes nada tem a ver com aquele que aspiramos como soberano.

advogamos para o Brasil política. O Sr. Paulo Tarso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Com muita satisfação.

O Sr. Paulo de Tarso — Nós, do Partido Democrata Cristão, sustentamos ponto de vista semelhante ao de V. Ex.^a. Para nós, o desenvolvimento econômico é meio de realização do bem comum, é a promoção humana do povo. Se a finalidade última do desenvolvimento é o bem comum, ninguém alhear-se de esforços com esse objetivo, sob pena de deixar de realizar a ação política em seu mais nobre sentido. Pedi o aparte a V. Ex.^a a fim de significar que meu partido se situa num plano de independência e para evitar dúvidas quanto à posição que o PDC vem assumindo em relação ao Poder Executivo e à Maioria desta Casa.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Agradeço o aparte esclarecedor de V. Ex.^a.

De maneira que, a nosso ver, o verdadeiro sentido de desenvolvimento e aquele que admite a necessidade de desenvolvermos o País em todos os setores de suas atividades, como um todo, e promover o que se chama a integração não só econômica do País, mas a sua integração social e política. E nos sabemos que esta integração política, pelo enriquecimento dos quadros políticos e pela maior participação do povo nos destinos do País, depende essencialmente da modificação das estruturas econômicas nacionais.

Sr. Presidente, é neste sentido que venho a tribuna, a fim de reclamar um pouco de atenção dos nobres colegas, principalmente daqueles que comungam comigo na posição partidária que ocupo para insistir na necessidade inadiável de que façamos uma espécie de auto-crítica de nossa conduta política. Auto-crítica que nos permita analisar, em toda sua profundidade a realidade econômica e social do Brasil, na hora presente. Fazemos uma análise do desenvolvimento econômico do País, para verificarmos até onde ele é autêntico e onde está falhando em dar atendimento às aspirações do povo brasileiro.

O Sr. Milton Reis — Permite Vossa Ex.^a um aparte?

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Vejamos de logo quais são as causas, tanto externas como internas, que não estão tirando ao plano de desenvolvimento econômico nacional toda a eficácia que ele poderia ter, que nós desejávamos que ele tivesse, para emancipar, no mais breve espaço de tempo, e com o mínimo de sacrifício do povo brasileiro, a economia nacional.

Essa análise, essa auto-crítica parece ser uma necessidade na hora presente, a fim de que possamos manter a confiança do povo, dizendo com objetividade e honestidade o que se está passando no Brasil, pois não é dissimulando, nem escamoteando que iremos defender nem o Governo nem a nossa posição política. É conversando lealmente com o povo, escla-

recendo o povo das dificuldades enormes que representa a execução de um plano de desenvolvimento econômico, dos obstáculos que temos de enfrentar para promover essa escalada econômica. Só assim, poderemos contar com o povo para respaldar nossa ação, e sem essa cooperação e respaldo do povo brasileiro nenhum plano de desenvolvimento é válido por falta de sentido social.

Tem V. Ex.^a o aparte.

O Sr. Milton Reis — Sr. Deputado, estamos ouvindo, com muita alegria, o notável discurso que V. Ex.^a proferiu nesta tarde. E estamos com V. Ex.^a, porquanto V. Ex.^a tem, no exemplo da Índia, a afirmação de suas palavras. O Comitê de Planificação Nacional, criado na Índia pelo partido de Nehru, em 1938, e posteriormente delineado em seu livro "Descoberta da Índia", possibilitou a opinião pública indiana não apenas ficar a par do que o Comitê traçara no seu plano de desenvolvimento econômico, como a preparar para receber esse plano que iria, realmente, desenvolver a Índia, o que ocorre, verdadeiramente, naquele País. Desta feita, se não houver uma preparação da opinião pública para receber o plano de desenvolvimento econômico, haverá um desajustamento. E é o que vem acontecendo conosco. Felicito, pois, V. Ex.^a, pelo brilhante discurso que proferiu e que servirá, sem dúvida alguma, para uma análise mais acentuada dos mais sérios e graves problemas nacionais.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Agradeço o aparte elucidativo de V. Ex.^a, trazendo ao meu modesto discurso o exemplo da Índia, que é, realmente, um dos países subdesenvolvidos onde se realiza no momento uma magnífica obra de transmutação histórica e de transformação social, arancando aquela enorme massa humana do Oriente, do estágio de miséria generalizada em que vivia, para participar não só dos destinos nacionais, mas, o que é mais impressionante, dos destinos de todos os povos do mundo na hora presente. O mesmo poderá ocorrer — até certo ponto já está ocorrendo — com o Brasil. Mas, o que é necessário — e insiste muito bem V. Ex.^a — é que haja cada vez mais uma identificação, uma ligação permanente entre o povo e os partidos que têm delegação de representar esse povo. É necessário que o povo sinta que é autênticamente representado, que as elites brasileiras que constituem seus partidos não se encontram desvinculadas da realidade brasileira, nem alheias aos interesses do povo.

Não é possível continuarmos a fazer aquilo, que dizia do mundo árabe o grande sociólogo Malek Pennabi: a fazermos *mitologia*, isto é, falarmos uma linguagem irrealista sem correspondência com a realidade vigente, ou pelo menos com a consciência que o povo já tem dessa realidade. Embora não tenha o povo um conhecimento exato das causas, que defenham a atual conjuntura nacional, é tem uma consciência da realidade dessa conjuntura, através das repercussões sobre sua própria vida, de maneira que não mais se pode mistificar o povo, nem iludi-lo em suas convicções.

Temos antes de tudo, que desmitificar, isto é, destruir os mitos de toda natureza, que perturbam a compreensão clara da realidade brasileira, para que, diante de uma realidade descrita em cores crúas, mas autênticas, nós nos arregimentemos, a fim de lutar para melhorar essa estrutura e clarificar essa realidade.

O Sr. Colombo de Souza — Nobre Deputado, nesta oportunidade, quero trazer ao brilhante discurso de V. Ex.^a um depoimento. Recentemente estive em Lima, Capital do Peru, num

congresso interparlamentar, em que tomaram parte os representantes mais autênticos de todos os Parlamentos da América, e posso declarar a V. Ex.^a, à Casa e à Nação que a filosofia do desenvolvimento é hoje comum a todos os países da América Latina, porque todos eles estão tomando consciência do seu estado de necessidade de pobreza e da imprescindibilidade de transformarem suas economias, a fim de poderem gozar dos benefícios da civilização e da técnica. Através da palavra de Deputados e Senadores de todas as nações, homens que representam todos os partidos políticos, denotou-se o unânime desejo, por assim dizer o estado de efervescência de toda a América Latina, côncios todos esses povos de que se deve criar u'a mística, uma filosofia do desenvolvimento comum a todos os nossos povos irmãos. Foi esta a impressão mais legítima que tive daquele encontro e que agora transmito à Casa, enxertando-a no belo discurso de V. Ex.^a.

O SR. JOSUE' DE CASTRO — Muito obrigado a V. Ex.^a.

Faz-me V. Ex.^a evocar, com seu oportuno aparte, uma frase de um grande político, um desses grandes líderes de emancipação nacionalista o Primeiro Ministro da Índia, Nehru, quando se refere a essa tomada de consciência. Traz ele à baila o exemplo da Índia, quando diz: a miséria e a fome não são novidades na Índia. Sempre existiram. O que é novo na Índia é a consciência que o povo indiano hoje tem da sua fome e da sua miséria, e a impaciência em que esse povo se encontra, de sair desta fome e desta miséria. Isto que se passou na Índia, e que é traduzida nesta expressão candente de Nehru, se passa em todas as latitudes e todas as áreas subdesenvolvidas do mundo: na América Latina, na África, na Ásia, no próximo e no longínquo Oriente. De maneira que o Brasil não poderia estar desvinculado de um processo, que é hoje universal; ele está inteiramente idetificado com essas idéias. E a demonstração disso é a participação que o povo brasileiro vai tomando, por suas próprias mãos, nos destinos políticos do país lutando às vészes contra o arcaísmo das instituições que não lhe permite uma expressão real, nem da sua vontade, nem das suas reais aspirações. E o desejo indomito do povo brasileiro de contribuir com sua quota de sacrifício, no esforço de desenvolvimento nacional.

Afirmo também a V. Ex.^a que preferia, na formulação de sua idéia, que não dissesse que devemos criar uma mística do desenvolvimento. Não devemos querer mais conduzir o povo através de mistérios; mas através de doutrina clara e simples que demonstre as vantagens do desenvolvimento, como o Único instrumento eficaz para nos libertar de várias chagas que hoje corrompem o corpo da nação, e que são o subproduto do pauperismo da miséria, resultante dessa economia de dependência, que é a economia brasileira.

O Sr. Colombo de Souza — Nobre Deputado, há uma pequena divergência. Acho que as idéias devem transformar-se em sentimentos, a fim de se tornarem em ação, porque, desta maneira, criaremos o que talvez não pareça bem a V. Ex.^a, o critério de todas as idéias-fôrças. Para mim, falei em filosofia do desenvolvimento, para logo depois acrescentar que era necessário a formulação de uma mística, quer dizer, de uma vontade já esclarecida pela inteligência. Quería dar, nesta ocasião, um outra explicação a V. Ex.^a: todos os países da América Latina, que têm hoje essa vontade esse desejo, essa doutrina do desenvolvimento implantada nos seus países, olham para o

Brasil como verdadeiro líder, como líder natural do desenvolvimento da América Latina, dos povos latinos, porque se trata de um país que, pelas suas condições geográficas, humanas e populacionais, tem possibilidade de ser na América o porta-estandarte do novo mundo latino americano que está desabrochando. Assim, todos esses povos olham o Brasil como o líder natural do desenvolvimento, porque, quando o nosso País estiver suficientemente desenvolvido, sua etapa de civilização terá, por certo, o resultado de espalhar-se por todos os povos irmãos. E' esta a grande esperança dos povos americanos.

O SR. JOSUE' DE CASTRO — Para ocupar esta liderança natural bastaria que o Brasil tomasse internacionalmente a posição que lhe compete, confessando ser um país subdesenvolvido e advogando a causa das áreas subdesenvolvidas do mundo. Infelizmente, a política exterior do Brasil não tem sido até hoje esta, mas aquela, de muitas vezes se aliar, paradoxalmente, às grandes potências que nos oprimem e aos outros países subdesenvolvidos, em lugar de defender as aspirações mais justas que são as das nações subdesenvolvidas, num mundo dividido em duas áreas — ou dois grupos — o das potências ricas e poderosas e o dos povos pobres e miseráveis, mas onde há este impulso e esta consciência um necessário dos unírmos para nos defendermos da prepotência dos ricos e nos emanciparmos, encontrando o nosso lugar dentro dum novo tipo de política internacional, não mais de subalternismo de um país a outro, mas de igualdade de todos os povos, de verdadeira colaboração e cooperação internacionais.

Mas eu estava querendo chegar a um ponto que me parece essencial nesse despretencioso discurso: aquilo que, penso, precisamos definir, através da autocritica que eu preconizava: qual o tipo de desenvolvimento que seria desejável para o Brasil, e porque o atual processo não está dando aquilo que eu chamei a necessária eficácia em sua realização.

Devemos reconhecer que, neste processo de desenvolvimento, interferem fatores externos e fatores internos. Devemos analisar cada um deles para verificar qual a proporção de incidência em que atuam, deturpando, deformando e desviando o nosso plano de desenvolvimento de suas metas autênticas. Devemos reconhecer que o desenvolvimento econômico nacional, como foi concebido pelo Presidente Juscelino Kubitschek, constitui algo de novo no Brasil, porque, pela primeira vez, se estruturou um plano visando alguma coisa de concreto e atendendo até certo ponto, as necessidades nacionais.

Foi mesmo esse plano das metas que levou o Sr. Juscelino Kubitschek à Presidência da República, porque veio dar atendimento a essa necessidade íntima das massas brasileiras que, hoje, felizmente, começam a decidir os destinos políticos do País.

Esse plano, entretanto, vem sofrendo do injeções de toda ordem, inclusive, de um lado, por sua própria elaboração, que não foi ideal, e, por outro, pela interferência de ações externas, que prejudicam de muito a sua eficácia.

Comecemos por analisar os fatores externos. Sabemos que, quando um país subdesenvolvido se lança na luta pelo desenvolvimento, ele tem de combater o sistema da economia internacional, ou melhor, as grandes potências que dominam o sistema econômico internacional, porque a integração econômica de um país subdesenvolvido corresponde a certa dificuldade, a certo obstáculo, a

certo impacto contra os interesses das grandes potências industrializadas.

O SR. PRESIDENTE — Lamento informar ao nobre Deputado que o seu tempo está esgotado.

O SR. JOSUE' DE CASTRO — Tratarei de resumir, Sr. Presidente. Desejava analisar esses fatores, mas, infelizmente, o tempo é curto. Apenas devo mostrar, como exemplo, a contradição das grandes potências, que falam em ajuda internacional aos países subdesenvolvidos, mas, na verdade, no seu fóro íntimo, não desejam dar ajuda autêntica, para os emancipar. Basta ver o caso dos Estados Unidos da América. Rescrivam eles, segundo os seus últimos orçamentos, cerca de quatro bilhões de dólares para os planos de auxílio às regiões subdesenvolvidas do mundo. Esta cifra é apreciável, mas constitui aquilo que o grande sociólogo e escritor francês, Tibor Mendé, em seu livro "Entre la Peur et l'Espoir", chama "o mito quantitativo". Dito assim, globalmente — quatro bilhões de dólares — esta quantia é um mito, porque, na verdade, quatro quintos dela são reservados para ajuda exclusiva no campo militar. Reservados para a defesa militar dos Estados Unidos, e não para o interesse econômico e social dos seus aliados subdesenvolvidos.

Fica apenas um quinto, total que corresponde mais ou menos, conforme informação do Vice-Presidente Richard Nixon, ao que os Estados Unidos gastam hoje apenas para armar seu excedente de produção. De maneira que, na verdade, a ajuda americana é muito restrita, muito mais restrita do que o mito quantitativo, expresso nos 4 bilhões de dólares, poderia fazer supor.

Ora, devendo considerar também que, pelo interesse das grandes potências, elas nos forçam a reprimir o nosso ritmo de expansão econômica através do termo das trocas comerciais entre nossas matérias-primas exportadas e as importações de bens ou equipamento de que necessitamos.

Sabemos que os países subdesenvolvidos — e é o caso do Brasil — se encontram nessa situação de ter uma balança de pagamentos desfavorável e daí a impossibilidade de nos equiparmos.

As exageradas flutuações de mercado de matérias primas constituem outro fator de contenção do desenvolvimento econômico vindo de fora para dentro. As pressões externas das grandes potências para forçar a nossa importação ao não essencial em lugar do que nos é de mais utilidade, pressões que se exercem principalmente através da política cambial — e o Brasil está a sofrer no momento a ação do Fundo Monetário Internacional para reformar a sua política cambial no sentido de impôr a importação do superfluo, do desnecessário, do ostentatório — todas essas pressões externas não podem ajudar, mas desajudar o desenvolvimento econômico do Brasil.

Quanto aos fatores internos, o plano de Desenvolvimento Econômico do Brasil se tornou, até certo ponto, deformado em face dos seus objetivos, quando foi concebido dentro de um superdimensionamento, de um gigantismo que não corresponde às nossas disponibilidades financeiras. Daí nos entregarmos, irremediavelmente, à ação paternalista das grandes potências, pior ainda, de uma só potência, os Estados Unidos da América, cujas ajudas não são dadas desinteressadamente mas sempre tendo em mira seus interesses estratégicos e seus interesses de poder político. E quem diz isso é um autor insuspeito, o grande economista Gunnar Myrdal autor de "Economia Internacional". Afir-

ma ele que, (na verdade, não tenhamos ilusão de obter ajuda internacional) senão em troca de dependência aos interesses das grandes potências.

Ainda outro fator que prejudica o nosso Plano de Desenvolvimento Econômico é o seu setorialismo; é ter sido concebido dando atendimento, em prioridade exagerada, a uma área do Brasil e a um setor de atividade — a área é o Centro-Sul e o setor de atividade, a indústria — em detrimento de outras áreas mais subdesenvolvidas e do setor da economia agrícola.

Ora, o que caracteriza por excelência o subdesenvolvimento é o desnível, é a disparidade e entre os níveis de produção, de renda e de capacidade de consumo entre diferentes camadas sociais e entre diferentes regiões que compõem o espaço sócio-geográfico da Nação. Promover o desenvolvimento econômico-social autêntico, será antes de tudo procurar atenuar esses desníveis através de uma melhor distribuição da riqueza e de um mais justo critério de investimentos nas diferentes regiões e nos diferentes setores das atividades econômicas do país.

Os planos de desenvolvimento econômico postos em execução pelo atual Governo, embora com o patriótico objetivo de promover em ritmo acelerado o desenvolvimento econômico do país, não têm proporcionado, entretanto, os instrumentos adequados a esse nivelamento reequilibrante do conjunto econômico nacional.

Longe disso. Em certos aspectos a política de industrialização intensiva concentrada na região Sul do país onde já existia um sistema econômico integrado por uma economia de exportação à base do café e uma incipiente economia industrial, acentuou e agravou ainda mais os desníveis já existentes. O desnível regional entre a área do sul e a do norte e nordeste e o desnível setorial entre a indústria e a agricultura. Na verdade, o desnível entre as regiões não é senão a projeção em área geográfica do desnível setorial entre a economia agrícola e a economia industrial. E' este desnível setorial que merece neste nosso discurso o maior interesse, porque ele constitui a nosso ver a mais grave distorção na dinâmica de nosso desenvolvimento econômico e o principal fator de estrangulamento da industrialização do país, a qual constitui uma meta fundamental do desenvolvimento. Todo o processo de desenvolvimento dirigido num país subdesenvolvido cria automaticamente série de desequilíbrios que exige a todo o momento a ação de medidas corretivas. Daí a impossibilidade de importar-se modelos pré-fabricados de desenvolvimento para aplicar-se in loco como transposição válida da experiência de outros povos. Cada sistema econômico em expansão se orienta de maneira original e até certo ponto imprevisível, em face das possibilidades e das virtualidades das diferentes áreas geo-econômicas.

No caso brasileiro a distorção mais acentuada tem sido o atraso da agricultura em relação ao progresso do setor industrial.

O SR. PRESIDENTE — Atenção! Comunica a V. Ex. que há este ultimamente de cinco minutos o seu tempo.

O SR. JOSUE' DE CASTRO — Vou terminar, Sr. Presidente.

A falta de reforma de estruturas sociais, de estruturas superadas que constituem o que se pode chamar uma espécie de camisa-de-fôrça ao desenvolvimento — é o caso da estrutura agrícola — que faz referência — tornou difícil ou impossível obter um rendimento máximo do desenvolvimento nacional. Sem melhoria da agricultura brasileira, sem aumento de seus índices de produtividade, sem-

melhor zoneamento e melhor disciplina de produção agrícola, sem matérias-primas mais baratas e mais abundantes para serem industrializadas, a indústria brasileira continuará a ser quase que uma fíção.

Infelizmente, sabemos que nada disso se pode obter com a arcaica estrutura agrária reinante no Brasil, onde imperam o latifúndio e o minifúndio, isto é, os dois tipos antieconômicos de propriedade da terra.

É a inadequação de nossas estruturas agrárias, o fator essencial da má utilização de nossos recursos naturais, de baixa produtividade agrícola e da subocupação do homem do campo. Numa palavra: Do atraso geral de nossa agricultura. O arcaísmo desta estrutura agrária se evidencia não só pela inadequada distribuição das propriedades, com suas relações de produção de tipo feudal, nas quais ainda perduram o regime de meação, a parceria e outras sobrevivências do feudalismo agrário.

A gritante impropriedade desse regime feudal, em meados do século XX, se pode exteriorizar através de alguns dados estatísticos que são de uma eloquência impressionante: o Brasil com sua enorme extensão territorial possui o mesmo número de propriedades agrícolas que a França, cuja extensão territorial representa apenas 6% do nosso território.

É como se ainda perdurasse no Brasil o regime das capitânias hereditárias estabelecido em 1534 por Dom João III de Portugal. É que cerca de 65% das propriedades agrícolas no Brasil são constituídas por glebas de área superior a 500 hectares de terra, das quais 20% possuem mais de 10.000 hectares. No recenseamento de 1950, ficou evidenciada a existência no Brasil de algumas dezenas de propriedades que são verdadeiras capitânias feudais: propriedades com mais de 160.000 hectares de extensão. Ao lado desta nociva tendência ao latifúndio, irmão siamês do arcaísmo técnico e da improdutividade, encontramos a pulverização antieconômica da propriedade — o minifúndio — expressão da realidade social, de que 500.000 propriedades ou seja uma quarta parte dos estabelecimentos agrícolas existentes no Brasil — 2 milhões — apenas ocupam 0,5% da extensão das terras de propriedades agrícolas.

Do latifúndio decorrem a ínfima percentagem de área cultivada no país — apenas 2% do território nacional — as práticas agrícolas primitivas, de baixo rendimento e de alto grau de destruição da fertilidade dos solos, a ausência de técnica agrônômica e do esforço de capitalização indispensável ao progresso rural. Do latifúndio decorre também a existência das grandes massas dos sem-terra, dos que trabalham na terra aleia, como assalariados ou como servos explorados por esta engrenagem econômica de tipo feudal. Por sua vez o minifúndio significa a exploração anti-econômica da terra, a miséria crônica das culturas de subsistência que não dão para matar a fome da família.

Todo esforço de modernização e dinamização de nossa agricultura tropeça neste arcaico arcaísmo da infraestrutura agrária, verdadeira armadura contra o progresso econômico e social do país.

Através desta exposição sucinta da conjuntura econômico-social brasileira, chega-se à evidência de que é indispensável alterar substancialmente os métodos da produção agrícola e que só é possível reformando as estruturas rurais vigentes. Apresenta-se deste modo a Reforma Agrária como uma necessidade histórica nesta hora de transformação social que

atravessamos: como um imperativo nacional.

Diante desta situação — para terminar — preconizo e faço um apelo a esta Casa para que nos unamos no sentido de nos batemos por essas reformas essenciais: pela reforma agrária que é tão indispensável; pela reforma da Previdência Social, que é um fracasso em face da realidade vigente; por uma reforma bancária que mude o problema do crédito no Brasil; por uma reforma eleitoral que venha dignificar mais a representação do povo no Parlamento e nos postos eleivos do Governo.

Sem essas reformas, não executaremos, verdadeiramente o desenvolvimento a que o povo aspira, porque os freios institucionais, ou seja, as estruturas superadas agirão como obstáculos intransponíveis que anularão todos os esforços do Governo e do povo para emancipar o Brasil.

Vivemos uma hora grave, uma hora difícil, em que está em jogo o próprio destino da Nação. É por isso que resolvi ocupar a tribuna para fazer este apelo no sentido de que o problema da sucessão presidencial seja encarado mais por um prisma doutrinário, filosófico ou econômico do que por um prisma emocional; mais pelo prisma nacional do que pelas limitações das dissensões e dos antagonismos entre os partidos. Para que isso se confirme, é preciso que os partidos, que se estão esvaziando de conteúdo e de confiança popular, possam resolver essa confiança através de uma melhor identificação com as aspirações populares.

O problema da sucessão presidencial não pode ser resolvido pelas cúpulas partidárias. Ele tem que ser resolvido pela consciência popular, pela consulta dessa consciência desde suas primeiras fases, vendo-se qual o melhor mecanismo de dar atendimento às aspirações do povo. Desde a escolha dos candidatos a serem submetidos ao veredito popular. Só assim poderemos conduzir o problema da sucessão, dentro de um critério coerente com o estágio político que alcançamos sem criar várias perturbações que possam ameaçar não só o sistema econômico em marcha mas a própria segurança nacional.

Chegamos a uma fase de nossa vida econômica e social que não admite mais retrocesso sem que graves perturbações possam ocorrer. Estamos naquela fase que os aviadores chamam do ponto em que não se pode voltar — no *return point*. É isso porque como afirma com toda autoridade e convicção o grande economista sueco Gunnar Myrdal: "Considerando as transformações emocionais e ideológicas que se processam nos países subdesenvolvidos a alternativa inevitável ao desenvolvimento nacional não é apenas a continuação da estagnação, mas, provavelmente de uma maneira ou de outra, a explosão de cataclismos políticos".

Isto é o que precisamos evitar no Brasil. E estou certo que iremos evitar. Já está todo o sentido do apelo que faço a esta Casa e ao povo brasileiro. Trabalharmos juntos para salvaguardar não só o regime, como a soberania nacional. (Muito bem; muito bem. Palmas).

Durante o discurso do Sr. José de Castro, o Sr. José Bonjácio, 1.º Secretário, leva a cadeira na presidência, que é ocupada pelo Sr. Ari Pitombo, 4.º Secretário.

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à segunda parte do grande expediente.

Tem a palavra o Sr. Atilio Fontana.

O SR. ATILIO FONTANA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente:

Nossa presença, na tribuna da Câmara, no Grande Expediente, é motivada principalmente para abordar problemas que dizem respeito à agricultura e à pecuária, quando se nota, que eles estão preocupando, com justa razão, o Congresso Nacional, o Poder Executivo, a imprensa, o rádio e todos aqueles que, de uma ou de outra forma, têm responsabilidade e se interessam pelo bem estar do nosso povo.

Representante que somos de região agro-pecuária de Santa Catarina e com a experiência de longos anos no convívio com o nosso abnegado homem do campo e observando, escutando e sentindo na qualidade de agricultor também, os problemas e dificuldades que vem enfrentando o agricultor pátrio, que produz os gêneros de subsistência para a população brasileira, vimos apelar para o governo, apresentando sugestões que possam contribuir para equacionar o complexo problema da produção agro-pecuária.

A reforma agrária, tão amplamente discutida em nossos dias, precisa ser alcançada através não apenas de leis sensatas, mas de providências justas e imediatas, perfeitamente enquadradas dentro da nossa realidade social e econômica.

Preliminarmente desejamos declarar que é desaconselhável pensar em estabelecer, em nosso meio, uma legislação agrária nos moldes da reforma procedida em países densamente populosos e tecnicamente avançados, como são os países europeus e nominalmente a Itália, citada há poucos dias desta tribuna, por honrados parlamentares, como exemplo para a reforma agrária. A Itália, que tem uma população numericamente pouco inferior à população brasileira, dispõe de pouco mais de 300.000 kms. 2 de terras, em parte montanhosas; mas, a sua população, que se dedica ao trabalho do campo, é tecnicamente adiantada.

O Brasil tem uma superfície territorial quase trinta vezes maior do que a Itália e as gerações do nosso povo vêm se sucedendo e multiplicando sem que os governos passados se livrassem realmente preocupado, principalmente no setor agro-pecuário, com ensinamentos técnicos e especializados, como se verifica naquele e noutros países citados por eminentes parlamentares, como exemplo para a reforma agrária em nosso meio. Certas comparações, sem as necessárias correções e adaptações ao nosso meio e com o que estão realizando outros povos, em condições e com mentalidade diferentes das nossas, só nos poderão levar à prática de erros que agravarão ainda mais a crise de subsistência de gêneros de subsistência, que aliça e perturba a nação há longo tempo.

Estamos, em princípio, de acordo que se estendam as leis de previdência social ao lavrador, mas, de modo que as mesmas não venham onerar e agravar a sua já precária situação. Temos, Sr. Presidente, os exemplos de nossas leis de previdência social, criadas para beneficiar os operários e trabalhadores urbanos e que, infelizmente, vieram agravar o custo da mão de obra em, aproximadamente, 35%, encarecendo, conseqüentemente, a produção sem que, os referidos trabalhadores, recebam com eficiência, prestiza e justiça, os benefícios a que têm direito. Na verdade os Institutos e Caixas de aposentadoria e pensões, que tanto oneram a bolsa do trabalhador, não têm cumprido sua finalidade e não notamos tendência de melhora em suas atividades. Assim

julgamos que, como medida preliminar, devemos cuidar de tornar efetivas as leis de previdência social já existentes, antes de estendê-las a outras classes de trabalhadores ou, especificamente, ao trabalhador rural.

Consideramos que o ponto nevrálgico, em nosso meio rural, para resultados positivos, deve ser procurado na educação da nossa juventude, no mínimo, de nível primário e complementada com ensinamentos técnicos.

O homem do campo, estrangeiro ou nacional, que tem conhecimentos de técnica agrícola, no Brasil, pode, com relativa facilidade, se tornar proprietário de uma gleba de terra e a transformar, obtendo dela um resultado compensador, pela sua inteligência e pelo seu modo de produzir.

Grande parte dos nossos camponeses, infelizmente, não está tecnicamente preparada e por isso não consegue vencer e nem vencerá se lhe for concedida terra. O problema não está na distribuição de terras, homens que conhecem os métodos corretos de trabalho agrícola têm conseguido comprar terras; os que não sabem cultivar dificilmente podem adquirir terras porque não conseguem produção compensadora.

Nos dias em que vivemos, somente com conhecimento técnico se resolverá a necessidade de maior produtividade nos meios agrários.

Com maior produtividade, os custos unitários, certamente, também sofrerão redução de preço, não permitindo, facilmente, a especulação dos intermediários porque, quando houver abundância de produção e transporte da mesma, haverá, também, maior suprimento para o consumo e, a lei natural da oferta e da procura se encarregará de estabelecer um preço justo, quer para o produtor quer para o consumidor.

Diga-se de passagem que o problema, angustiante no passado, da falta de transporte das grandes regiões produtoras do Sul do país, tem apresentado sensíveis melhoras e tudo indica que não haverá no futuro maiores dificuldades para o transporte.

Podemos afirmar, com conhecimento próprio, que o transporte rodô e ferroviário, nos Estados do Sul, já está praticamente normalizado e não há mais excedentes ou produtos aguardando transportes, como vinha acontecendo em anos passados, correndo risco de perda por deterioração. O que há, isto sim, é reduzida produção de determinados gêneros de subsistência, enquanto se constata um crescente consumo de tais produtos.

Como medidas de efeito mais imediato, para que o nosso sacrificado povo possa aguardar os resultados benéficos, que a educação e o ensino técnico venham proporcionar no futuro, consideramos como providências imediatas e inadiáveis os seguintes providências a serem tomadas pelo governo:

1. Restabelecer, urgentemente, o transporte de adubos através da Rede Ferroviária Federal, com abatimento de 50% nos fretes, conforme era estabelecido antes da criação da referida Rede Ferroviária Federal.

Resalte-se que, reduzindo o custo dos fertilizantes e adubos no meio rural, estará o governo proporcionando condições que contribuirão para aumentar a produtividade e, portanto, será preferível reduzir o preço do frete dos adubos, a sujeitar-se a uma reduzida produção e ter que recorrer à importação do mercado exterior, de gêneros de subsistência que podem ser facilmente produzidos em nosso país.

O barateamento e a abundância de adubos no meio agrário beneficiará o próprio transporte ferroviário porque poderão contar nossas estra-